

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2013

Em milhares de reais

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Passivos contingentes e obrigações operacionais

• Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda possível

Em 30 de junho de 2013, o Banco figura como parte em litígio trabalhista cujo risco de perda é classificado pela administração como possível, haja vista prognóstico de seus advogados externos. Estima-se como potencial passivo contingente associado ao referido litígio o valor de R\$ 489 (2012: R\$ zero).

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal Brasileira de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 255 (2012: R\$ zero); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da BOVESPA no valor de R\$ 3.093 (2012: R\$ zero); e (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 8.761 (2012: R\$ zero).

(b) Acordos para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco tem celebrado com certas contrapartes acordos de compensação ao amparo da Resolução nº 3.263/05. Tais acordos estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações bancárias vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos acordos de compensação é feito na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

(c) Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a rendas de assessoria e consultoria no valor de R\$ 14.934 (2012: R\$ 25.558), a valores a receber/recebidos de serviços prestados pelo Banco à partes relacionadas no valor de R\$ 32.304 (2012: R\$ 11.385), e a taxas de clearing a receber/recebidas no valor de R\$ 9.732 (2012: zero) no semestre.

(d) Despesas de pessoal

Compostas no semestre substancialmente por despesas com benefícios no valor de R\$ 7.319

(2012: R\$ 7.293), despesas de proventos no valor de R\$ 96.866 (2012: R\$ 75.051) e encargos sociais no valor de R\$ 35.356 (2012: R\$ 23.031).

(e) Outras despesas administrativas

São compostas, no semestre, principalmente por:

- despesa de aluguel e condomínio no valor de R\$ 13.684 (2012: R\$ 2.528),
- despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 5.069 (2012 - R\$ 2.768),
- processamento de dados no valor de R\$ 2.844 (2012 - R\$ 1.503),
- despesas de viagens ao exterior no montante de R\$ 3.830 (2012 - R\$ 3.135),
- despesas de comunicações no valor de R\$ 3.736 (2012 - R\$ 1.948),
- despesas de manutenção e conservação de bens no montante de R\$ 1.289 (2012 - R\$ 628),
- despesas de promoções e relações públicas no montante de R\$ 603 (2012 - R\$ 755),
- despesas de provisão para gastos de devolução com imóveis alugados no montante de R\$ 1.956 (2012: R\$ zero),
- despesas com material de escritório no montante de R\$ 680 (2012: R\$ 124),
- despesas com serviços técnicos especializados no montante de R\$ 2.572 (2012: R\$ 1.877),
- amortização e depreciação no valor de R\$ 7.094 (2012: R\$ 2.848),
- despesas com serviços de terceiros no montante de R\$ 1.175 (2012: R\$ 1.053), e
- outras despesas administrativas no montante de R\$ 1.801 (2012 - R\$ 3.764).

(f) Despesas tributárias

Referem-se às despesas para o pagamento de ISS, PIS e COFINS no semestre nos valores de R\$ 2.720 (2012 - R\$ 1.834), R\$ 630 (2012 - R\$ 633) e R\$ 3.880 (2012 - R\$ 3.897), respectivamente, e às despesas para o pagamento de PIS e COFINS sobre a importação de serviços nos valores de R\$ 169 (2012: R\$ 1.300) e R\$ 778 (2012: R\$ 5.989), respectivamente.

(g) Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, ao resultado negativo apurado na venda de imobilizado no montante de R\$ 1.133 (2012: R\$ zero) e à receita decorrente da (f) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, entre o Banco e a Goldman

Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. e Goldman Sachs Participações Ltda. ("partes relacionadas"), e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais", firmados na data de 04 de fevereiro de 2013 entre o Banco e partes relacionadas, no montante total de R\$ 2.850 (2012: R\$ zero).

(h) Limite de Basileia - Patrimônio de Referência Exigido

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Financeiro, de acordo com as diretrizes do Banco Central. Em 30 de junho de 2013, o índice de Basileia do Banco era de 15,91% conforme demonstrado abaixo.

Cálculo do índice de Basileia

	2013	2012
(a) PEPR - parcela das exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco	117.182	107.425
(b) PCAM - parcela referentes ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial	31.667	3.680
(c) PJUR - parcelas referentes ao risco das operações sujeitas à variação de taxa de juros classificadas na carteira de negociação	280.560	93.467
(d) PCOM - parcela referente às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities)	-	-
(e) PACS - parcela referente às exposições sujeitas à variação do preço de ações	8.744	2.340
(f) POPR - parcela referente ao risco operacional	34.293	24.408
(g) Patrimônio de Referência Exigido (a+b+c+d+e+f)	472.446	231.320
(h) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) ⁽¹⁾	683.463	400.070
Margem (h-g)	211.017	168.750
Índice da Basileia = PR*11%/(g)	15,91%	19,02%

⁽¹⁾ Conforme legislação em vigor, o ativo permanente diferido é um redutor na apuração do PR (Resolução 3.444/07 do BACEN).

DIRETORIA

Alejandro Vollbrechthausen Costa
Diretor-Presidente

André Laport Ribeiro
Antonio R. G. P. da S. Pereira
C Douglas Fuge

Fabio H. Bicudo
Fernando P. Vallada
Gersoni A. F. M. Munhoz

Peter G. Kelman
Sílvia Regina Valente

CONTADOR

Cláudio Chapouto Lopes
CRC 1RJ053806/O-1 'S' SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa

auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

São Paulo, 30 de agosto de 2013



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC ZSP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1